



Exposição patente na Galeria dos Benfeitores
de 15 de julho a 2 de novembro de 2020

A Misericórdia do Porto e a Revolução Liberal

1820 - 1834

Integrada nas Comemorações
5.º Aniversário do MMIPO
250 Anos da Colocação da Primeira Pedra do Hospital de Santo António



A Misericórdia historicamente está na cidade. Não foi implantada num deserto, nem no alto de um monte nem sequer num fértil, mas despovoado vale, à imagem de certos mosteiros medievais. Tal não faria sentido numa Irmandade. A Misericórdia está no centro urbano porque é aí que se congregam e movimentam as pessoas, que afinal são o centro de tudo. Sem elas não há misericórdia nem a Misericórdia. Pessoas com prementes necessidades «corporais e espirituais». Pessoas (ou instituições) que legam bens e valores, porque os serviços que a Misericórdia presta implicam custos. Pessoas que a dirigem, pessoas que nela obram o que é preciso para o bem dos outros, normalmente com salário, por vezes sem ele e sempre com dedicação.

Ninguém espera da Misericórdia que elabore filosofias sobre a vida e o seu sentido, belos discursos místicos ou ideologias de compaixão, mas sim projetos pragmáticos que hão de fluir da interpretação larga das catorze obras de misericórdia. Nem que lidere revoluções ou tumultos reivindicativos, mas quando acontecem na comunidade, ela não foge nem encerra as portas. Pelo contrário, torna-se mais útil, sendo por vezes a única com capacidade para responder a algumas das sequelas dramáticas e dos efeitos colaterais nocivos que as revoluções e os tumultos tantas vezes geraram.

A Misericórdia está no Porto desde 1499. Ao longo dos séculos, o seu Provedor fez parte de comissões de notáveis criadas *ad hoc* para tentar resolver picos de fome, crises de peste e medos de presumíveis invasões inimigas vindas do mar. Foi testemunha das lutas dos burgueses em prol das suas liberdades e privilégios, ela própria se viu obrigada a defender as prerrogativas que os reis lhe concederam. Das suas janelas viu crescerem motins populares contra impostos

novos, como o do papel selado, ou pela liberdade contra o monopólio injusto da Companhia dos Vinhos. Aos cabecilhas desta revolta contra o despotismo pombalino, condenados à forca, tratou de dar sepultura e encarregou-se da educação dos órfãos resultantes da punição da Alçada. Aos feridos na defesa do Porto contra a invasão napoleónica de 1809 foram abertas as portas do velho Hospital de D. Lopo como do novo de Santo António.

Em 24 de agosto de 1820 não esteve presente, como Instituição, no Campo de Santo Ovídio nem, como tal, bateu palmas aos Coronéis Cabreira e Sepúlveda. Tão pouco tomou lugar nos Paços do Concelho para vitoriar a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Todavia, o seu Provedor, Francisco de Sousa Cirne de Madureira, foi nomeado membro dessa Junta, não como representante da Misericórdia, mas da nobreza. Nessa qualidade, subscreveu «a proclamação dirigida do Porto aos habitantes de Lisboa, pedindo-lhes que se juntassem a eles na obra de regeneração nacional que estava em marcha»¹. Mais tarde foi um dos eleitos para a Junta Preparatória das Cortes. E, como tal, foi retratado por Veloso Salgado na tela «As Cortes de 1821»².

O facto de ter sido membro da Junta Provisional não fez do Provedor um constitucionalista, como seria suposto. Como outros que, com algum equívoco, estiveram então na linha da frente a clamar contra o estado de decadência a que havia chegado o Reino, Francisco Cirne não deixou de se manter absolutista, assumindo-se mais tarde como miguelista. Voltou a ser eleito para Provedor, em segundo mandato, no dia 24 julho de 1828, em período de ascensão do partido miguelista. Sucedeu no cargo ao Provedor Francisco Lourenço de Almeida (2.7.1827 - 2.7.1828), Desembargador da Relação do Porto que, em contraste, não só era liberal e defensor militante da Liberdade, como até fora implicado na revolução de Aveiro/Porto desse ano. Preso na cidade da Ria, transitou para a Cadeia da Relação do Porto, onde permaneceu durante quase três anos, desde 31.8.1829 até à entrada do Exército Libertador em 9.7.1832. Segundo testemunho da época, no fim do processo, «em 3.11.1830 forão-lhe assignados 5 dias para dizer, de facto, e Direito», ou seja, para apresentar contraditório. «Não consta que fosse sentenciado»³.

¹ Diogo Ferreira, «Francisco de Sousa Cirne de Madureira» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, vol. II, Porto, Almedina-SCMP, 2017, p. 525.

² Diogo Ferreira, «Francisco de Sousa Cirne de Madureira» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 527.

³ Bacharel Pedro da Fonseca Serrão Velozo, na *Collecção de listas que contem os nomes das pessoas que ficarão pronunciadas nas devassas e summarios a que mandou proceder o Governo Uzurpador depois da heroica contrarevolução que arrebetou na mi nobre, e leal cidade do Porto em 16 de Maio de 1828...*, Porto, 1833, p. 37.

O que é que o livrou da força, uma vez que parece não ter menos «culpas» do que alguns dos que padeceram na Praça Nova? A alegada «demora do processo nas mãos do juiz do crime»⁴ não parece explicação muito convincente da benevolência final. Afigura-se mais plausível que o desempenho recente do cargo de Provedor da Misericórdia o tenha ajudado a livrar-se da pena máxima.

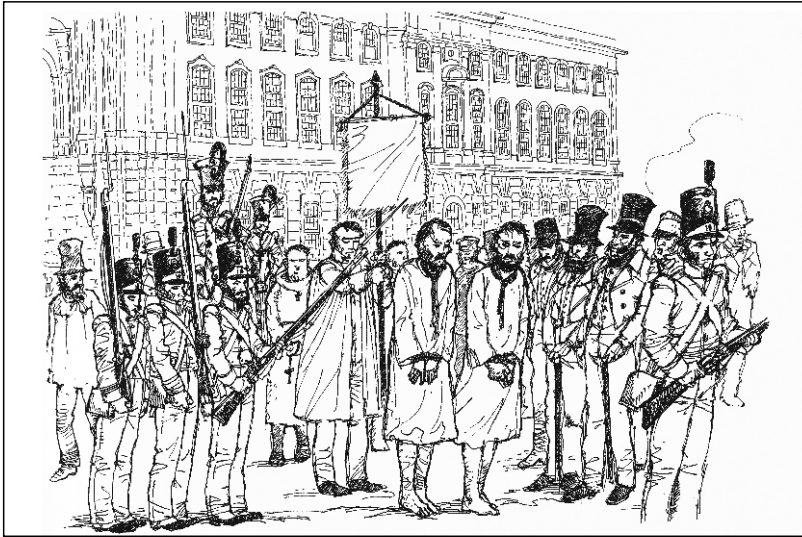
Aliás, devido à turbulência política que se vivia na cidade e no país em 1828, a fase final do seu mandato de Provedor ressentiu-se de falta de assiduidade⁵.

A reeleição de Francisco Cirne em 24 de julho de 1828 ocorreu numa assembleia estranhamente presidida pelo Corregedor da Comarca, a quem, não menos abusivamente, o Governador da Relação e Casa do Porto mandara aviso que «os mesários e eleitores não devem aceitar votos nem votar em pessoas que consta haverem servido e aceitado empregos debaixo da influência da Junta Rebelde»⁶, Junta que havia resultado da referida revolução liberal de 16 de Maio de 1828. Mantinha-se como Provedor em 7 de maio de 1829, quando foram enforcados na força miguelista, dez dos doze mártires da Liberdade. Embora assumido seguidor de D. Miguel, não consta que se tenha oposto a que as cabeças dos quatro mártires que haviam sido expostas em lugares públicos da cidade, fossem recolhidas pelos irmãos e piamente sepultadas na Igreja Privativa da SCMP. E foi a Misericórdia que logo fez sepultar os doze, dez de uma vez, e dois de outra, com todos os ritos religiosos, no Adro dos Justicados que ficava precisamente no espaço interior do Hospital de Santo António. E foi também a Misericórdia que, em 1836, em peso e com pompa, congregou toda a cidade para a trasladação dos doze Mártires da Pátria do Adro dos Justicados, onde jaziam, para o Mausoléu que mandara construir na galeria anexa à sua Igreja privativa, na Rua das Flores.

⁴ Explicação proposta por Marco Pereira citado por Diogo Ferreira, «Francisco Lourenço de Almeida», in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa p. 616.

⁵ Diogo Ferreira, «Francisco Lourenço de Almeida» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 616 e 620.

⁶ Diogo Ferreira, «Francisco de Sousa Cirne de Madureira» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 626.



Do Cárcere à Forca. Os Mártires da Liberdade.
Ilustração de Maria Antónia Bacelar e Sérgio Veludo Coelho

No entanto, o mesmo Provedor Francisco Cirne fez suspender dois médicos do Hospital de Santo António, António José de Sousa e o célebre Francisco de Assis e Sousa Vaz, ambos professores da Escola Régia de Cirurgia do Porto, «em razão das suas ideias liberais». A possibilidade teórica de serem readmitidos por novo despacho da Mesa, «logo que se mostrem sem culpas»⁷, atenuava a intolerância. Aliás, um e outro, como tantos, acabaram por emigrar, para não serem apanhados na voragem da perseguição miguelista. Assis Vaz acabaria por se doutorar em França, na Faculdade de Medicina de Paris (1832) e viria a ser nomeado Diretor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1851. António José de Sousa seria também reintegrado em tempos de Constitucionalismo.

Com estas e outras contradições viveu o governo da Misericórdia, em período de agitação e radical confrontação política, como foi o tempo da implantação do Liberalismo que evocamos na presente Exposição.

⁷ Helder Pacheco, *O Hospital de Santo António no tempo da cidade*, Porto, Afrontamento/SCMP, 2010, p. 85-87.



Instalada na cidade, é inevitável que os dirigentes da Santa Casa, figuras gradas da sociedade, se tenham sentido atraídos por ideais políticos nem sempre convergentes. A cadeira de Provedor da Misericórdia, em si mesma, não tinha cor partidária. Mas os que nela se sentaram tinham naturalmente as suas próprias ideias e convicções. As onze individualidades que foram eleitas para o exercício do cargo entre 1820 e 1834, algumas por mais que um mandato, eram personalidades públicas que exerceram outras funções ligadas à política, tais como Vereador Municipal na Câmara do Porto, Deputado às Constituintes e à Câmara dos Pares ou a cargos de comando de institutos politizados, como a Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Cinco foram Vereadores; outros cinco, cumulativamente ou não, ocuparam altos cargos na Companhia dos Vinhos; outros pertenceram à Magistratura, ao Exército, ao Clero, à Burguesia comercial. Numa época em que tacitamente vigorava a máxima de «quem não é por mim, é contra mim», a neutralidade política não era cómoda nem fácil.

O mesmo se poderia dizer dos Mesários, que eram muitos em cada ano, socialmente influentes e, por certo, divergentes nas suas opções políticas.

Não parece que as opções divergentes tenham obstruído a ação da Misericórdia ou até criado grupos antagónicos no seu interior. Na verdade, quem lê os documentos apercebe-se da existência de diferentes preferências políticas das sucessivas Mesas, mas não propriamente no interior de cada Mesa, embora isso provavelmente tenha acontecido. Divergências transparecem aqui e além em decisões polémicas. Exemplo: em 2 de setembro de 1823, o Provedor António Maia deu ordem para se rasurar uma Ata aprovada na Mesa anterior «por versar sobre matérias políticas, objeto alheio das atribuições da Mesa desta Santa Casa»⁸. O princípio parece correto. No entanto, essa mesma Mesa fora a que, em 21 de julho de 1823, havia decidido felicitar o Rei D. João VI pelo insucesso da Vilafrancada⁹. Outro exemplo curioso: o vereador municipal João Monteiro de Carvalho que fora encarregado, no mesmo ano de 1823, da demolição «do monumento que no Porto se começara a erigir consagrado ao sistema constitucional» (o qual foi inteira e totalmente destruído¹⁰), em 3 de julho de 1830 foi eleito Provedor da Misericórdia, em tempo de predomínio miguelista e, de novo, em 2 de julho de 1832 precisamente nas vésperas do desembarque do Exército Libertador. Não se vislumbram neste segundo mandato dificuldades acrescidas, senão as que foram originadas pela circunstância do Cerco.

Houve, pois, Provedores miguelistas e Provedores constitucionalistas, de acordo com os ciclos e as marés. Uma nota curiosa é que, neste período, ocorreram bastantes recusas da aceitação da eleição para Provedor, devido talvez à forte turbulência da conjuntura política daquela dezena e meia de anos.

⁸ Diogo Ferreira, «José Carvalho da Cunha e Silva» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 555.

⁹ Diogo Ferreira, «José Carvalho da Cunha e Silva» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 555.

¹⁰ Diogo Ferreira, «António Maia» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 569/570.

Fac-símile das assinaturas dos Provedores que exerceram mandatos
entre os anos de 1820 e 1834

João de Souza e Felício

João Manoel de Carvalho

João Carvalho Cunha e Silva

D. Pedro Augusto de Albuquerque

Antonio Meira

José Faustino da Costa

Francisco de Sales Gomes de Almeida

Henrique Carlos de Almeida e Silva

Marcos Romão de Almeida

Est. Augusto Per.

Agostinho de Almeida

João Lourenço Per.

As verdadeiras dificuldades da Misericórdia do Porto, antes, durante e depois do Cerco do Porto, tiveram mais a ver com a escassez de recursos para tão dilatadas necessidades. Eram notória a carência de liquidez da Instituição para cumprir os objetivos programáticos: ajudar os desvalidos, alimentar os pobres, tratar os doentes, socorrer as órfãs, os idosos, os presos, os numerosos expostos na Roda e ainda manter em boas condições o atendimento e as instalações dos diversos hospitais, principalmente do Hospital de Santo António, ao qual João Monteiro de Carvalho dera ordem de receber «todos os feridos que nele se apresentassem tanto militares como civis, mandando-os admitir a curativo e dando entrada dos militares em livro separado...»¹¹.

Não que a Misericórdia não dispusesse de recursos. Mas tinha-os apenas no papel. Eram as rendas, os foros, os juros, os alugueres que se não recebiam e também as dívidas de privados, da Câmara Municipal pela criação dos Expostos, que desde o séc. XVII era assegurada pela Misericórdia, mas obrigatoriamente suportada pelo Município.

Dívidas também do Estado. Só o erário régio devia 529 contos de reis em capital e juros em 1833¹² que no ano seguinte já iam nos 533 contos de reis¹³! Situação agravada pela inclémência do Cerco, pelos muitos feridos em combate, pela carestia e pela falta de géneros! Tudo piorou com o advento da nova moléstia (*cholera morbus*) que, no curto período de 1 de janeiro a 12 de fevereiro de 1833, fora responsável pela entrada de 1085 doentes no Hospital de Santo António e na enfermaria da Misericórdia na Cadeia da Relação! Fechar os hospitais e recolhimentos? Muitos punham a hipótese, ao menos retoricamente. Era assunto falado. «Mas que horrores e calamidades vão pesar sobre esta heroica cidade!...

¹¹Diogo Ferreira, «João Monteiro de Carvalho» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 666-667.

¹²Diogo Ferreira, «João Monteiro de Carvalho» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 671.

¹³Diogo Ferreira, «D. Pedro IV» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 689.



D. Pedro IV, Duque de Bragança
José Alves Ferreira Lima, 1836
Óleo sobre tela
Coleção SCMP

Que multidão de desvalidos enfermos se hão de encontrar aos cantos das ruas nos últimos paroxismos da morte e sem terem o menor lenitivo aos seus padecimentos»¹⁴!

A solução alvitrada pela Mesa presidida pelo Provedor João Monteiro de Carvalho, em fim de mandato, em junho de 1833, foi propor que se constituísse e elege-se uma Mesa composta de gente abastada, de probidade reconhecida, inclinada à filantropia e disposta a, por si ou por outrem, emprestar dinheiro à Misericórdia para as despesas do Hospital e dos restantes equipamentos sociais.

Pessoas ricas na cidade havia-as, mas não eram irmãos! Então só uma solução parecia exequível: solicitar a sua Majestade Imperial que dispensasse do cumprimento da norma do Compromisso que obrigava a que os eleitos para os cargos de topo da Misericórdia, tivessem que ser irmãos! E que os assim eleitos, de entre os não irmãos, em virtude e por força da eleição, fossem automaticamente considerados irmãos¹⁵.

Tal foi aceite por D. Pedro e confirmado por alvará de 1 de julho de 1833!

Como mandava o Compromisso, a eleição teve lugar no dia seguinte, 2 de julho, no Hospital de Santo António, onde, desde há meses, se faziam as reuniões da Mesa, uma vez que as instalações da sede, na Rua das Flores, estavam degradadas devido «ao continuado bombardeamento sobre esta cidade». Saiu eleito como Provedor D. Pedro IV que, não sendo irmão, passou a sê-lo, tomando posse do cargo em 6 de julho de 1833, no salão do referido Hospital. Essa foi a única sessão da Mesa a que efetivamente o Provedor e herói do Cerco do Porto presidiu.

No ano seguinte, em 2 de julho de 1834, tendo em conta o conteúdo de novo alvará, pelo qual, seguindo a sugestão da Mesa, D. Pedro IV se nomeava Provedor nato, foi eleito um Vice-Provedor que, na gestão quotidiana, substituiria o Provedor.

¹⁴ Diogo Ferreira, «João Monteiro de Carvalho» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 672.

¹⁵ Diogo Ferreira, «João Monteiro de Carvalho» in *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017)*, coord. de Fernando de Sousa, p. 673.

Infelizmente a Mesa presidida por D. Pedro IV e presuntivamente composta por gente de posses não proporcionou a solução financeira capaz de resolver rapidamente os problemas de liquidez da Misericórdia. Um dos caminhos alternativos foi a contração de empréstimos! A Misericórdia endividava-se, mas não fechava portas. Por outro lado, os beneméritos, que nunca faltaram, ajudaram a desbloquear o caminho.

Situada no centro da cidade sitiada, prestando serviços indispensáveis e inadiáveis, não faltaram à Misericórdia homens de valor e de boa vontade nem mingou a generosidade dos benfeitores! A conjuntura política de confrontação inevitável e de guerra civil foi o ambiente de fundo em que a Misericórdia continuou a pôr as pessoas em primeiro lugar.

Francisco Ribeiro da Silva

Mesário do Culto e da Cultura



Ficha Técnica

Título

A Misericórdia do Porto e a Revolução Liberal
1820 - 1834

Local

MMIPO - Museu e Igreja
da Misericórdia do Porto

Data

15 de julho a 2 de novembro de 2020

Coordenação

António Tavares (Provedor)
Francisco Ribeiro da Silva (Mesário)
Pedro Nunes (Diretor)

Projeto

Armanda Canhota
José Ferreira e Silva

Organização

Santa Casa da Misericórdia do Porto

Textos

Francisca Oliveira
Francisco Ribeiro da Silva
João Neto
José Ferreira e Silva
Sérgio Veludo Coelho

Estudos e Investigação

José Ferreira e Silva

Design

Armanda Canhota

Desenhos

Maria Antónia Bacelar
Sérgio Veludo Coelho

Fotografias/Multimédia

Rui Valente
Sérgio Jacques

Fotografias/Multimédia

Rui Valente
Sérgio Jacques

Montagem

Armanda Canhota
Luís Monteiro

Conservação e Restauro

Sandra Pascoal
Silvina Barbosa

Comunicação

Rui Valente
Sofia Caeiro

Serviço de Públicos

Ana Lobão
José Ferreira e Silva

Agradecimentos

Adrian Bridge - The Fladgate Partnership
Alice Azevedo (AHSCMP)
Francisco Furtado
Livraria Chaminé da Mota
Maria Antónia Bacelar
Museu da Farmácia
Museu Militar do Porto
Museu Nacional de Soares dos Reis
Rota Porto Liberal
Sérgio Jacques
Sérgio Veludo Coelho
Venerável Irmandade de Nossa Senhora
da Lapa

